

A DIPLOMACIA DE PRESTÍGIO NA ÁFRICA DO SUL DE NELSON MANDELA (1994-1999)

Pedro Vinícius Pereira Brites¹
Yuri Debrai Padilha²

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de formulação e de tomada de decisão na Política Externa sul-africana durante o Governo de Nelson Mandela entre 1994 e 1999. Esse período é marcado pela reinserção da África do Sul na comunidade internacional após o fim do regime segregacionista do *Apartheid* que vigorou no país entre 1948 e 1994. A eleição de Nelson Rolihlahla Mandela (1994-1999) pelo *African National Congress* (ANC) marca essa transição e abre caminho para que a África do Sul busque reorientar sua política externa para o continente africano.

Tendo em vista o período em questão, marcado pelo final da Guerra Fria e as mudanças decorrentes do processo de erosão da ordem internacional que deriva do colapso da URSS, essa pesquisa procura avaliar de que forma, portanto, a Política Externa Sul-africana no governo Mandela procurou reposicionar o país diante desse contexto. Destarte, este estudo considera as variáveis e os indicadores, internos e externos, que incidiram e condicionaram a política externa do país no período analisado, bem como os atores principais responsáveis por conduzir a política externa. Cabe destacar que nesse contexto, a diplomacia presidencial exerceu papel fundamental na inserção internacional do país. Por isso, o papel de Mandela será objeto de especial atenção.

A visão da política externa aqui adotada enquadra-se na perspectiva realista de Análise de Política Externa (APE). Nesse sentido, entende-se que a política externa dos Estados aponta para os objetivos e linhas principais

1 Curso de Relações Internacionais, Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter), Porto Alegre, Brasil. E-mail: pvbrites@gmail.com

2 Curso de Relações Internacionais, Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter), Porto Alegre, Brasil. E-mail: yuridebraipadilha@gmail.com

de atuação do país, bem como é composta pelas estratégias que esse ator irá adotar diante das variações nas dinâmicas internacionais, em outros termos, avaliando o poder relativo que cada Estado detém em termos comparativos aos demais (Figueira 2011). Assim, ao contrário da visão interméstica que concede mais peso às dinâmicas internas na formulação de política externa, neste trabalho compreende-se que a política externa é produto do interesse nacional e baseia-se no cálculo racional de oportunidades de inserção internacional.

Para atingir seu objetivo, o presente estudo está dividido em duas seções principais. Na primeira, analisa-se a evolução histórica da inserção internacional da África do Sul com vistas a se compreender os principais marcos da política externa do regime do *Apartheid*. Na segunda seção, dedica-se à análise de política externa do governo de Nelson Mandela (1994-1999). Desse modo, procura-se avaliar a política externa do país e o papel da diplomacia presidencial para a reorientação da inserção internacional do país no período analisado.

No término deste trabalho, será frisada a importância de estudar-se o recente passado do *Apartheid* e da colonização segregacionista na África do Sul para a melhor compreensão em estudos contemporâneos. E ainda, destacar-se-ão os principais atores envolvidos na tomada de decisão sul-africana, assim como também serão apontados os principais indicadores da conjuntura analisada.

Da colonização ao *Apartheid* sul-africano: distanciamento regional e subimperialismo

A inserção internacional da África do Sul é condicionada pela sua posição geoestratégica e pelo padrão de relacionamento que foi estabelecido com os vizinhos ao longo do período de colonização e posteriormente durante o regime do *apartheid*. Assim, como vistas a verificar como essas questões impactaram sobre a política externa estabelecida no governo Mandela, essa seção dedica-se a realizar um breve histórico da evolução da África do Sul e as características da política externa durante o regime racista.

Localizada na parte mais austral do continente africano, a África do Sul, cercada pelos Oceanos Atlântico e Índico, possui histórico fortemente marcado pelo regime do *Apartheid*, fruto de colonização calvinista (holandeses, franceses e alemães) e inglesa. Seus primeiros registros de colonização estão ligados aos portugueses, por volta dos séculos XV e XVI, onde já se reconhecia o potencial geopolítico³ ligado à região da atual cidade

³ A África do Sul localiza-se no extremo sul do continente africano. Em termos geopolíticos,

do Cabo, que servia como ponto de abastecimento de embarcações na rota entre Europa e Ásia. Esta localidade foi a primeira região da África Austral a ser ocupada por europeus. No início do século XVI, o império português já havia perdido espaço e competitividade para os holandeses, pois estes possuíam barcos e técnicas mais desenvolvidas (UNESCO 2010).

A colonização holandesa iniciou por meio da Companhia Holandesa das Índias Orientais, em meados de 1652, localizando-se no que hoje se conhece como Cidade do Cabo. O local serviria como um ponto de abastecimento de alimentos para as embarcações holandesas. Tais colonizadores dominaram terras e trouxeram escravos vindos de diversos países (Moçambique, Madagascar e Índia), além de escravizar, expulsar ou, até mesmo, exterminar alguns dos nativos locais, por meio de conflitos ou, também, através de doenças trazidas pelos europeus. Frente a isso, alguns destes nativos locais, denominados por *Khoisan*, migraram para o nordeste do país. Tal migração também ocorrera devido às práticas racistas realizadas pelos respectivos colonos que eram instruídos a se relacionarem minimamente com a população africana que já habitava o local (Branco 2003).

Por volta de 1795, devido a mudanças estruturais no sistema internacional ligadas à ascensão de Napoleão Bonaparte, o Império Britânico, em momento de grande expansão, decide investir na conquista do Cabo. O domínio do Cabo da Boa Esperança ocorre, e, localizados ao leste da África do Sul, os ingleses instauram o modo de produção capitalista na região. Mesmo com avanço da instalação capitalista, os colonos calvinistas decidem permanecer no país e permanecerem integrados à África do Sul (Braga 2011).

Tais camponeses holandeses, que ocupavam a atual cidade do Cabo, também reconhecidos pelos ingleses como *boêres*, deram-se por descontentes em relação a hostilidade e o modo de vida britânico, sentimento agravado ainda mais após a abolição da escravatura pelo Parlamento britânico (1807), que intensificava o conflito de interesses entre ingleses e calvinistas, conforme apresentado na tese de Branco: Os *boêres* não aceitaram o fato dos ex-escravos serem postos em pé de igualdade com os cristãos, coisa que, segundo eles, contrariava as leis de Deus (Branco 2003).

Ademais, os *boêres* já não estavam contemplados pelo tratamento da metrópole para com eles, por questões administrativas, comerciais e com a falta de apoio da Companhia em auxiliar o grupo em conflitos contra

o país apresenta posição privilegiada em termos marítimos, pois está no centro da rota que liga o Oceano Atlântico ao Índico. Nesse sentido, a ocupação da região oferece uma posição geoestratégica privilegiada para o controle das rotas marítimas e para o acesso à Ásia e América do Sul.

populações locais. Neste ambiente, o grupo desenvolvia uma consciência e identidade própria, preservando o modo de vida no campo e a religião trazida pelos antepassados, sem desejo de retorno para Europa. Neste entendimento, os bôeres manifestavam um sentimento africanizado de pertencimento ao determinado território africano e decidem migrar para outras regiões do país, posteriormente nomeadas como O Estado Livre de Orange e República do Transvaal (Branco 2003).

Durante o século XIX, uma série de conflitos transcorreu no território africano. A ascensão do grupo Zulu, consolidado através da união de três clãs locais, ocasionou o chamado “esmagamento” de outras etnias que ocupavam o território próximo à saída para o Oceano Índico. Devido à expansão dos Zulus, membros de outras etnias buscaram refúgio na Colônia do Cabo, procurando trabalho com os ingleses. A migração dos *afrikaners* também resultou em confrontos com demais grupos de diferentes etnias, além de escravizar outros negros na região. Buscando autonomia para seu modo de vida, os *afrikaners* fundaram duas repúblicas: o Estado Livre de Orange e Transvaal, ambos calvinistas, escravistas e de fala holandesa (Visentini 2012).

Na segunda metade do século acima mencionado, cerca de 6 mil imigrantes indianos chegaram à cidade de Natal. Desta forma, o território sul-africano estava sob o poder de britânicos, calvinistas e zulus, somado a indianos e demais grupos étnicos que buscavam trabalho com brancos segregacionistas. Na época mencionada, a população negra do país equivalia a 10 vezes mais do que a população branca. Com a descoberta das jazidas diamantíferas (1865), os ingleses, que ocupavam mais territórios, conquistaram repúblicas *afrikaners*, contribuindo para o aumento da rivalidade entre os demais povos, dominando, então, ao fim deste mesmo século, grande parte da indústria mineradora local. Destaca-se, deste modo, ao fim do século XIX, o domínio econômico e militar do Império Inglês em grande parte do território africano (Braga 2011).

O início do século XX é marcado pelo fim dos conflitos entre ingleses e bôeres e, por conseguinte, pela lei aprovada pelo parlamento britânico, em 31 de maio de 1910 (South Africa 2016), que dá origem à União Sul-Africana, marco que acarretaria em uma série de consequências.

A constituição do país continha princípios que iriam afetar profundamente o curso da história sul-africana: o inglês e o holandês foram reconhecidos como línguas oficiais; foi estabelecido um Estado unitário e o sistema parlamentarista; algumas leis peculiares de cada província foram mantidas, principalmente àquelas concernentes à questão racial. Louis Botha tornou-se o primeiro-ministro de um país com 4 milhões de negros, 500.000 mestiços, 150.000 indianos e 1.275.000 brancos (Braga 2011: 66).

A segregação racial e o senso de superioridade da elite branca já fazia-se presente na África do Sul desde a chegada dos calvinistas, e, quando independentes da Coroa Britânica, estes desenvolveram uma série de leis segregacionistas. Um dos exemplos é o *Native Plan Act* (1913), que dividiu o território da África do Sul em duas partes: 93% do território fora designado para exclusividade da minoria branca, que representava, naquele momento 10% da população. Já a população negra, que correspondia a 75% de toda população, fora deixada com apenas 7% do território (Pereira 2010).

Como reação à nova república e ao Partido Sul-Africano, que do governo se apropriava, foi criado o Congresso Nacional Africano (em inglês *African National Congress-ANC*) (1912), partido organizado por intelectuais negros que buscavam a libertação de seus povos. Já em 1914, fundou-se o Partido Nacional, formado por *afrikaners* e fazendeiros que objetivavam a não-ingerência inglesa na região. A elite branca motivada pelo capitalismo como modo de produção contribuiu para um rápido crescimento do país e monopolizou o domínio do local (Braga 2012). A formação demográfica e o arranjo social que se estabeleceu entre essas elites e a maioria da população acabaram por lançar as bases para a segmentação social instituída nos anos 1940.

Apesar de todo contexto histórico, o *Apartheid* foi efetivamente instituído em 1948, quando o Partido Nacional Reunificado, representado por *afrikaners*, venceu as eleições presidenciais. O novo governo instaurou o regime segregacionista, por meio de uma série de leis que delimitavam a participação do negro nos espaços urbanos, na educação e em demais meios da sociedade, visando o desenvolvimento da indústria e a criação de *homelands* para os negros. Como resposta a esta opressão e inspirado pelos atos de desobediência civil defendidos por Ghandi (Braga 2011), o ANC ampliou seu nível de atuação contra as leis discriminatórias, criando a chamada Carta da Liberdade (1955), escrita por líderes como Nelson Mandela, Walter Sisulu e Oliver Tambo (Pereira 2010).

No transcorrer dos anos 1960, conforme Rizzi e Schütz (2014), o país atuava no ambiente externo buscando intensificar as relações políticas, militares e econômicas com os demais países de domínio étnico branco. Enquanto que, no ambiente interno, com o objetivo de reprimir a expansão dos movimentos anti-regime, que tomavam proporções maiores, o governo intensificou a violência no regime de opressão, além de tornar ilegal as atividades do ANC e dos demais partidos de libertação negra. Diante deste cenário, as lideranças destes movimentos decidiram também pelo combate armado e pela busca de apoio econômico, militar e político no exterior (Graham 2010).

Identificado como terrorista pelo governo sul-africano, ao retornar

de uma viagem da Europa, ainda na busca por aliados, em abril de 1964, o líder Nelson Mandela foi preso e condenado à prisão perpétua. O réu, que já havia atuado como advogado, realizou sua própria defesa no marcante Julgamento de Rivonia, justificando grande parte de seus atos (Braga 2011).

Chega um momento na vida de qualquer nação em que restam apenas duas escolhas - submeter-se ou lutar. Esse tempo chegou agora para a África do Sul. Não nos submeteremos e não temos escolha senão reagir com todos os meios em nosso alcance, em defesa de nosso povo, nosso futuro e nossa liberdade (Umkhonto We Sizwe 1961)⁴.

O estabelecimento do Apartheid se constitui em elemento central para determinar o perfil de alinhamento que o país iria adotar no plano internacional. Em meio ao contexto da Guerra Fria, o país optou por se aproximar do bloco ocidental. Esse alinhamento constitui-se como um pilar para a atuação no plano regional, especialmente a partir da eclosão dos movimentos de independência no continente africano. Diante desse quadro, a África do Sul atuou como potência subimperialista⁵, voltada a assegurar que os vizinhos não constituíssem governos alinhados à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ou nacionalistas. Ou seja, o regime do *apartheid* operou como uma extensão das potências imperialistas no continente, atuando principalmente alinhado aos Estados Unidos da América (EUA) e à Inglaterra. A África do Sul, até os anos 1970, além de ter interferido nos movimentos de libertação e independência na África Austral, como nos casos em que se envolveu nas disputas por independência de Angola, Moçambique e Namíbia, também implementava medidas protecionistas com o intuito de assegurar o poderio econômico, político e militar contra movimentos de cunho marxistas na região.

Em termos de contexto internacional, a década de 1970 é marcada pelo desgaste da hegemonia americana. O país enfrentava dificuldades na Guerra do Vietnã, enfrentava uma crise financeira em face ao fim da era de ouro do capitalismo no pós II Guerra Mundial. Por essa razão, o governo de Richard Nixon (1969-1974) optou por adotar uma política na qual os aliados regionais eram incentivados a exercer maior protagonismo na condução dos

4 No manifesto original (1961), escrito pelos membros do Umkhonto we Sizwe: *“The time comes in the life of any nation when there remain only two choices - submit or fight. That time has now come to South Africa. We shall not submit and we have no choice but to hit back by all means in our power in defense of our people, our future, and our freedom”*.

5 O conceito de subimperialismo vincula-se à perspectiva de que após o período da II Guerra Mundial, há a emergência de centros econômicos regionais, como a África do Sul, dotados de relativa autonomia econômica e política em relação aos centros da economia global, mas que se aliavam às potências hegemônicas atuando como gendarme dos interesses imperialistas nas suas regiões de inserção. No Brasil, a obra de Ruy Mauro Marini (1962) estabelece uma discussão aprofundada sobre esses processos.

problemas de segurança regional. Em face disso, a URSS, por sua vez, optou por aprofundar os laços com movimentos revolucionários e nacionalistas ao chamado Terceiro Mundo (Visentini 2010).

No continente africano, a soma dessas ações das duas superpotências, representou um acirramento das tendências revolucionárias e contra-revolucionárias nas lutas de independência. O processo de independência mais significativo foi o de Angola, que, no período de 1960 e 1975, o país recebeu em torno de US\$ 54 milhões, concedidos pela URSS (Höring 2015). Além de ser um país com grandes potencialidades em termos de recursos naturais, foi palco de uma guerra de independência na qual a África do Sul teve atuação direta e abriu espaço para a generalização do conflito na África Austral. A atuação de perfil subimperialista do regime do *Apartheid*, lutando contra o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) é bastante simbólica do perfil de inserção regional do regime racista.

Em contraste com a década de 1960, na qual a África do Sul obteve um salto em termos de crescimento econômico, chegando a alcançar posição entre as dez maiores economias do mundo segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Pereira 2010), as crises da década de 1970 atingiram a economia sul-africana.

Além da independência de Angola, o processo de independência de Moçambique, também governado por partido de vertentes marxistas e voltados contra o regime do *Apartheid*, trouxe desafios para a governança regional da África do Sul. A influência da URSS e de Cuba nestas regiões motivou o significativo e insuficiente aumento dos investimentos do governo sul-africano em aparatos militares. Nesta guerra, tropas do exército sul-africano não resistiram aos conflitos que somam cerca de 40 mil militares cubanos, 30 mil angolanos, mil tanques, 1600 mísseis *anti-aircraft*, mil veículos armados e milhares de armamentos, como AK-47 e suas modificações, granadas, morteiros e demais armamentos soviéticos (Shubin 2008).

Com o envolvimento na guerra civil em Angola e o apoio concedido à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), os gastos militares da África do Sul mensuraram cerca de 5% do PIB do país e mais de 18% das despesas públicas, nos anos de 1977 e 1978. Nos seguintes anos, 1980 e 1989, devido aos confrontos contra Angola, Moçambique e Namíbia, os gastos militares representavam 4% do PIB e 13% dos gastos do governo sul-africano. Em 1989, os gastos em Defesa e Segurança sofrem queda drástica, fator que já indicava o declínio do regime do *Apartheid* (Batchelo e Saal 1999).

O poderio militar da África do Sul foi posto em cheque em

1988, quando o país deu-se por derrotado em batalha contra a Angola e o mencionado apoio militar de Cuba e URSS. O término deste conflito, conhecido como a batalha de Cuito-Cuinavale, resultou na independência da Namíbia e da retirada das tropas sul-africanas e cubanas de Angola (Pereira 2007).

Outro acontecimento relevante em consonância às independências das ex-colônias portuguesas, foi o fim dos acordos de Bretton Woods (1945-1971), resultante do fim do padrão dólar-ouro (Fernandes 2015) e sanções econômicas e comerciais sugeridas no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). A perda de relevância do ouro como lastro da economia mundial afetou diretamente a economia sul-africana e alimentou a conjuntura de crise econômica na África do Sul (Braga 2010).

Além destes fatores internacionais, condicionantes nacionais também contribuíram para o colapso do regime. Conforme detalhado na tese de Pablo Braga (2011), em 1976, estudantes de ensino médio deram sequência a uma série de protestos contra o modelo educacional segregacionista que obrigava nas escolas o ensino de *afrikaans*, idioma oficial dos afrikaners. Os manifestantes foram recebidos com agressividade por parte de policiais, e dezenas de estudantes (estimativa ainda não revelada com precisão) foram mortos e centenas foram feridos. A data dá início ao que ficou conhecido como “Levante de Soweto”, pois a tragédia motivou uma série de manifestações e rebeliões de estudantes, militantes então apoiados pelos antigos membros do ANC e do braço armado do partido, o Umkhonto we Sizwe (MK) (1961). Desta forma, o levante aumentou a tensão entre governo e militância negra e ganhou maior mobilização no cenário internacional (Braga 2011).

O regime do *Apartheid* já possuía dificuldades em manter os custos de seu isolamento; o “desenvolvimento separado”, que ocorrera nas décadas anteriores, não mais contemplava a economia local, que também estava comprometida devido aos altos custos destinados ao setor de defesa e segurança nacional, em grande parte, destinados ao conflito contra Angola. Além disso, o país perdia importantes parceiros comerciais internacionais. O Levante de Soweto contribuiu para uma série de campanhas internacionais contra o *Apartheid* e também para a única sanção da ONU obrigatoriamente imposta contra o regime sul-africano, em 1984 (Pereira 2007).

Ainda sobre os custos de manutenção do regime, entre os anos 1960 e 1990, o governo sul-africano investia arduamente com os setores de Defesa e Segurança. Em 1960, os gastos com a indústria de defesa se equivaliam a 7% dos gastos do governo, já em 1966, este orçamento representava cerca de 15,5%. Referente aos gastos com segurança, estes representavam 22%, em 1963, atingindo o teto de 24,3% em 1968. Nos anos 1990 os gastos com

segurança caem parem 18% dos gastos do governo (Mohammed 1999).

Na segunda metade dos anos 1980, a África do Sul possuía elevado índice de desemprego, entre brancos e negros, e a crise econômica forçava o governo sul-africano a pensar em ajustes para o regime segregacionista. Deste modo, em 1986, na tentativa de obter a manutenção do regime, aboliram-se algumas leis que restringiam a locomoção, moradia e vínculos empregatícios em territórios destinados aos brancos. Estes ajustes dariam a ideia de pseudo abertura do regime, mas a estratégia voltava-se à manutenção do regime e o fim das manifestações civis (Visentini 2012).

Em 1989, Frederik W. De Klerk ascende à presidência daquele que seria o início do último governo do *Apartheid* na África do Sul. Em 1990, aboliram-se as leis de base racista, aprovou-se a legalização dos partidos de resistência negra, promoveu-se a repatriação dos exilados e soltaram-se os prisioneiros políticos, incluindo a libertação de Nelson Mandela. Deu-se início, desta forma, à fase de negociações entre o governo branco e os negros. Que mesmo organizando tentativas de sabotagem ao ANC, o governo acabou por decretar o fim do *Apartheid* na África do Sul e o início de uma nova era para nação (Pereira 2010).

Dessa forma, observa-se que a política externa desenvolvida durante o regime do *apartheid* foi condicionada pela necessidade de manutenção do regime. Assim, o país atuou como potência regional subimperialista, voltada a assegurar que os movimentos de negritude, os grupos comunistas não conseguissem ganhar força na região. Desse modo, a África do Sul não constituiu um espaço de aproximação com os vizinhos. Esse distanciamento seria central para a compreensão das ações desenvolvidas pelo país no período pós-*apartheid*.

Política Externa no Governo Nelson Mandela (1994-1999): objetivos primários e condicionantes externos

A seção anterior procurou avaliar em termos gerais a evolução histórica da inserção externa da África do Sul até a chegada de Nelson Mandela (1994-1999) ao poder. Assim, como um esforço analítico complementar, essa seção procura analisar quais as principais ações que o governo da África do Sul procurou empreender durante o período e como esses objetivos foram condicionados pela conjuntura internacional à época.

Em abril de 1994, conheceu-se o primeiro presidente eleito democraticamente na África do Sul. Mandela foi eleito com 62,65% dos votos, poucos meses após receber o Prêmio Nobel da Paz (1993), junto de Frederik De Klerk – premiação recebida devido ao trabalho realizado para o

fim do regime do *Apartheid* e o início de uma nova e democrática África do Sul (Visentini 2012). O então presidente eleito, um dos grandes ícones da luta contra o racismo, assumira o desafio de liderar a tão sonhada Nova África do Sul, num cenário pós-*apartheid* em meio a um sistema internacional multipolar pós Guerra-Fria.

Com o real desafio de projetar uma nova África do Sul, o presidente estava encarregado de tratar fortes feridas deixadas pelo recente passado de segregacionista. Entretanto, ressalta-se que, uma vez livre da prisão, Mandela já fazia parte do grupo que repensava a formulação de políticas para a então nova África do Sul. Em 1993, visando as eleições de 1994, o ANC já apresentava as diretrizes elaboradas para a base da política externa na nova diplomacia sul-africana (Gallas 2007). Conforme apresentado por Nelson Mandela, em artigo publicado na revista *Forcing Affairs* (1993, tradução nossa)

Os pilares nos quais serão baseados nossa política externa são as seguintes crenças: (1) que os assuntos de direitos humanos são centrais para as relações internacionais e uma compreensão de que eles se estendem além do político, abrangendo também o econômico, o social e o ambiental; (2) que soluções justas e duradouras para os problemas da humanidade podem apenas acontecer através da promoção da democracia em todo o mundo; (3) que considerações de justiça e respeito por leis internacionais deveriam guiar as relações entre as nações; (4) que a paz é um objetivo pelo a qual as nações deveriam convergir, e onde isso não acontece, mecanismos estabelecidos e não-violentos, incluindo regimes efetivos de controle de armas, devem ser empregados; (5) que as preocupações e os interesses da África devem estar refletidos em nossas escolhas de política externa; (6) que o desenvolvimento econômico depende da crescente cooperação econômica regional e internacional em um mundo independente. Estas convicções contrastam com a forma em que, durante quase cinco décadas, o *Apartheid* na África do Sul conduziu desastrosamente suas relações internacionais (Mandela 1993: 87)⁶.

Observa-se que os objetivos apresentados contrastam com as linhas mestras que pautavam a inserção externa da África do Sul durante o regime

6 No original, “The pillars upon which our foreign policy will rest are the following beliefs: (1) that issues of human rights are central to international relations and an understanding that they extend beyond the political, embracing the economic, social and environmental; (2) that just and lasting solutions to the problems of humankind can only come through the promotion of democracy worldwide; (3) that considerations of justice and respect for international law should guide the relations between nations; (4) that peace is the goal for which all nations should strive, and where this breaks down, internationally agreed and nonviolent mechanisms, including effective arms-control regimes, must be employed; (5) that the concerns and interests of the continent of Africa should be reflected in our foreign-policy choices; (6) that economic development depends on growing regional and international economic cooperation in an interdependent world. These convictions stand in stark contrast to how, for nearly five decades, apartheid South Africa disastrously conducted its international relations” (Mandela 1993: 87).

do *Apartheid*. Apesar disso, é importante ressaltar que o governo de Nelson Mandela caracterizava-se por ser um governo de unificação nacional. Ao tornar-se presidente, o partido de Nelson Mandela, por não ter atingido dois terços dos votos gerais, teve que conceder o cargo de vice-presidência ao Partido Nacional, vaga preenchida pelo ex-chefe de governo do antigo regime, Frederik de Klerk. Assim, a aliança com De Klerk, significava que a reformulação da constituição, a reestruturação do país teria de ser feita em convergência com os demais partidos (Rizzi e Schütz 2014). Embora a perspectiva conceitual aqui adotada entenda que a inserção externa de um país é uma síntese dos objetivos nacionais, portanto relativamente alheia às disputas domésticas, a observação do cenário político interno demonstra que essa Nova África do Sul é um país de unificação nacional e não de ruptura completa com as estruturas anteriores.

Conforme dissertado por Daniel Gallas (2007), a nova África do Sul apresentava novos princípios políticos e econômicos, como também possuía novos condicionantes ligados ao ambiente interno. O novo governo encontrava-se mais acessível à população, fazendo com que mais demandas fossem observadas, como as dos setores sindicalistas, ONGs e centros acadêmicos. A análise feita por Gallas enfatiza atentamente os indicadores internos, chegando ao diagnóstico dos quatro seguintes indicadores:

As disputas internas entre os burocratas dos diferentes departamentos estatais e a confusão sobre o papel institucional de cada célula governo; a maior participação do Parlamento na definição da política externa; a maior participação da sociedade civil na definição da política externa - um dos pilares defendidos pelo ANC durante os anos do *apartheid*; e por fim a importância que o gabinete da Presidência assumiu na definição da linha diplomática do país, devido à imagem de Nelson Mandela (Gallas 2010: 21).

Ainda sobre a realidade econômica enfrentado no país e como contraponto a análise acima mencionada, observa-se o estudo levantado por Ian Taylor (2016), no retratar sobre uma realidade econômica da Nova África pouco diferente da África dos anos anteriores, uma vez que o país ainda encontrava-se com alto índice de déficit orçamentário em que o país se encontrava, comprometendo a economia do país e dificultando a implementação de programas que buscavam a redistribuição de renda afins de reverter a desigualdade herdada pelo regime segregacionista (Taylor 2016).

[...] o governo do Partido Nacional tinha aumentado o déficit orçamentário do país, de 0,9% do PIB, em 1989-90, para 10,8%, em 1993-94, através de uma “farra de gastos imprudentes” que teve suas raízes nas emergências dos anos 1980 (entrevista com Terreblanche 15 de julho de 1999). Nesse período, grandes quantias foram gastas em defesa e segurança, enquanto

a corrupção tornou-se endêmica (Taylor 2016: 18).

Já no que tange às disputas burocráticas internas voltadas à atuação internacional, relacionam-se aos ajustes na atuação do Departamento de Assuntos Exteriores (DFA, do inglês), do Departamento de Comércio e Indústria (DTI, do inglês) e do Departamento de Defesa (DoD, do inglês). Devido à reformulação destes departamentos, desentendimentos quando a atuação destes setores foram gerados.

O DFA priorizava o estabelecimento de boas relações bilaterais, e não com um viés meramente economicista de atração de capital estrangeiro. Já o DTI, ao reduzir suas missões comerciais em muitos países, deixou diversas tarefas a cargo dos funcionários do DFA no exterior. Reconhecidamente, esses funcionários não tinham o treinamento e o conhecimento necessários no campo de comércio exterior para conduzir as negociações. Affairs (SAIIA), o Institute for Global (Gallas 2007: 22).

Importante ressaltar que parte dos burocratas que estavam no governo caracterizavam-se ou por possuírem histórico de apoio ao antigo regime, buscando a manutenção dos recursos brancos, ou por não possuírem capacidade técnica o suficiente para exercer o cargo ocupado, fruto da exclusão racial institucionalizada também educacionalmente durante o *Apartheid* (Gallas 2007).

Quanto ao segundo ponto analisado por Gallas (2007), referente à participação mais ativa do Parlamento em assuntos internacionais, isto ocorre devido à maioria dos congressistas serem membros do ANC, preenchendo 266 das 400 cadeiras. O Parlamento, de maioria vinculada ao ANC foi uma das peças-chaves para a assinatura de acordos comerciais com a União Europeia (UE), onde os interesses dos setores sindicalistas e agrícolas estariam representados pelos congressistas sul-africanos. Além disso, o Parlamento também teve influência quanto ao reconhecimento da República Popular da China e, não obstante, no comércio de armas. A terceira observação dá-se devido à grande visibilidade que o governo de Pretória oportunizou a membros da sociedade civil, devido também pelo viés sindicalista do ANC, dando maior legitimidade a estes atores, que também, por vezes, criticavam algumas ações políticas realizadas por Mandela e indesejadas por parte da população de maioria negra (Gallas 2007).

Os principais atores da sociedade civil que se engajaram na formulação da política externa sul-africana eram organizações não-governamentais e centros acadêmicos. Entre as entidades mais importantes estão a South African Institute of International Affairs (SAIIA), o Institute for Global Dialogue (IGD, antigo Foundation for Global Dialogue), o Institute for Security Studies (ISS, antigo Institute for Defence Policy), o Centre for Policy Studies, o Centre for International Political Studies e o African Centre for the Constructive Resolution of Disputes (Gallas 2007: 25).

Quanto ao quarto e último ponto de análise, referente aos condicionantes internos da política externa da África do Sul, entre 1994 e 1999, observa-se o papel diplomático presidencial atribuído a Nelson Mandela, imagem emblemática da luta e resistência contra o *Apartheid* e de grande prestígio no cenário internacional. Madiba, conforme os Xhosas se referia a Mandela, desde o período de negociações entre o antigo regime, já utilizava de sua imagem e reconhecimento na busca por apoio internacional, a fim de que as sanções internacionais se mantivessem até o término das negociações. Com o término do referente regime, a busca de Mandela voltara-se para a cooperação e capacitação de recursos com diversos países, fatores necessários para o bom funcionamento das políticas públicas pensadas para o cumprimento dos direitos humanos, o meio ambiente, o crescimento econômico da região, a oferta e a redistribuição de empregos na África do Sul (Gallas 2007).

Apesar do fim do regime, o governo de Mandela ainda via a desigualdade crescer em seu país, o alto nível de desemprego atingia os negros que, devido às políticas desenvolvidas no regime do *Apartheid*, possuíam baixa escolaridade e encontravam dificuldades em obter seu espaço no mercado de trabalho (Visentini 2012). Como resposta a este problema que afetava o desenvolvimento interno do país, o governo lançou o Programa Crescimento, Emprego e Redistribuição (GEAR, do inglês) (1996), com propostas de crescimento econômico, maior oferta de empregos e aumento das exportações manufatureiras (Rizzi e Schütz 2014). Apesar dos esforços e das pretensões de reparo na desigualdade econômica do país, o governo de Mandela se deparava com a realidade econômica arquitetada pelo governo anterior, que por vezes inviabilizavam a implementação de programas que propunham a redistribuição de renda como ponto prioritário (Taylor 2016).

Em termos de conjuntura internacional, o panorama à época apresentava alguns desafios estruturantes para Pretória. O fim da URSS e a consolidação dos EUA como polo de poder vencedor único estruturou uma nova ordem internacional liderada por Washington. Nesse contexto, a África do Sul de Mandela buscou se adequar aos preceitos dessa nova ordem. No plano econômico, o país procurou se adaptar ao Consenso de Washington e ao receituário neoliberal. Assim, Mandela buscou assegurar à comunidade internacional que a mudança de regime político não representava uma ruptura profunda na cooperação do país com as potências ocidentais e com os organismos internacionais. Em termos securitários, a nova agenda internacional indicava a prioridade para os chamados novos temas, terrorismo, combate às drogas e direitos humanos. O país, que já havia abdicado do seu programa nuclear para fins bélicos a fim de conseguir se reintegrar à comunidade internacional, procurou

manter uma imagem de potência regional colaborativa. Cabe destacar que o contexto internacional no início dos anos 1990 era bastante adverso para o continente africano. A África não estava dentre as prioridades estratégicas das Grandes Potências, especialmente dos EUA. Assim, tornava-se difícil atrair investimentos estrangeiros e parcerias estratégicas para o continente. Por essa razão, Mandela procurou usar de seu prestígio como uma alavanca para se aproximar do Ocidente. Nesse sentido, não há uma ruptura com o perfil de aproximação com a comunidade internacional que vinha sendo conduzido por De Klerk.

No plano regional, o país teve de enfrentar o passivo de décadas de intervencionismo conduzida pelo regime racista. Assim, a construção de uma política regional tinha como objetivo primário a busca por superar as desconfianças históricas dos vizinhos em relação ao país. Por essa razão, o Governo Mandela estava diante de um desafio central para a consolidação de uma nova política externa africanista. De um lado, o país procurava fortalecer uma política regional assentada na defesa dos direitos humanos, da democracia e da integração do continente às cadeias globais de valor. Por outro, tinha que assegurar uma posição de liderança regional, em um período marcado por várias crises securitárias no continente, sem que uma atuação mais assertiva reacendesse os temores da política subimperialista.

A principal alternativa a esse impasse foi procurar legitimar suas ações no plano regional através da Comunidade para Desenvolvimento da África Austral (SADC, do inglês). Desse modo, em face às crises securitárias que eclodiram na África Austral durante esse período, o país assegurou que as medidas adotadas fossem viabilizadas através do organismo regional.

Dentre as crises securitárias enfrentadas pelo país nesse período, duas destacam-se. A primeira foi a crise no Zaire (posteriormente, República Democrática do Congo). Com a eclosão do conflito, e envolvimento de outros Estados como Uganda e Ruanda, Pretória divergiu de Angola, Zimbábue e Namíbia que acabaram por enviar tropas ao Congo em 1998 (Rizzi e Schutz 2014). A África do Sul era contrária a essa intervenção e só posteriormente, através da SADC validou as ações militares dos vizinhos. A preocupação do país e generalização do conflito e a escalada da conflagração para a África Austral. Cabe destacar que a posição de Mandela foi oposta a de Mugabe, líder do Zimbábue e primeiro a manifestar apoio ao Congo. Aqui observa-se a disputa pela liderança regional entre Zimbábue e África do Sul.

A segunda crise que merece atenção é a do Lesotho entre setembro de 1998 e maio de 1999. Após as controvérsias e protestos referentes aos resultados das eleições, na qual o Partido do Congresso pela Democracia do Lesotho venceu as eleições com ampla maioria e garantiu 79 de 80 assentos, o presidente Mandela autorizou, via SADC, o emprego de forças militares

⁷para conter os protestos. A intervenção no vizinho, alegadamente realizada com objetivo de “restaurar a democracia e a legalidade” foi observada pelos vizinhos como uma ação hegemônica do país na África Austral. Cabe destacar que a decisão de intervir, mesmo correndo o risco de alimentar os temores dos vizinhos, demonstra que o governo de Mandela tinha como um dos objetivos prioritários a consolidação da liderança regional. Nesse contexto, o presidente Mandela procurava utilizar de seu prestígio junto à comunidade internacional para afiançar suas ações no plano regional.

Além do reconhecimento empregado à diplomacia presidencial, Mandela via grande importância nas representações diplomáticas por vias consulares e por meio de organismos e fóruns internacionais. Quanto à representação do país, que, sob o governo do *Apartheid*, em 1990, possuía 30 missões diplomáticas ao redor do mundo, saltou para o número de 124 missões diplomáticas em 1996 (Rizzi e Schütz 2014). No tocante da atuação em fóruns e organismos internacionais, o país intensificou sua participação nestas arenas, almejando a disseminação e cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1951), da democracia e do meio ambiente.

Na nova política externa sul-africana, momento de pós *Apartheid* (1994) e pós Guerra Fria (1991), buscou-se a projeção do país de maneira continental e mundial, onde a África do Sul encontrava-se presente num total de 45 instituições internacionais, como Conferências da ONU, a Organização da Unidade Africana (OUA), a SADC, e demais. O país se juntou ao Movimento dos Países não alinhados, no contexto da ONU, e passou a reivindicar seu espaço entre os assentos permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas, assumindo o papel de porta-voz dos interesses do continente africano na referente organização (Visentini 2012).

A nova África do Sul passou a atuar de maneira ativa internacionalmente, onde, além da aproximação com EUA, principalmente durante o governo de Bill Clinton (Gallas 2007), e UE, aproximou-se também de Canadá e Nova Zelândia, em campanhas contra o comércio e o uso de minas terrestres. Priorizando as relações estratégicas com a promissora República Popular da China, em 1996, o país subtrai suas relações com Taiwan, que até então possuía estreitos laços comerciais e econômicos com a África do Sul e com o ANC, chegando a encontrar-se entre os cinco maiores importadores de produtos sul-africanos. Gallas (2007) corrobora a negligência que os representantes sul-africanos tinham para com o tema dos direitos humanos em agendas envolvendo o governo de Pequim, esforçando-se para o melhor relacionamento entre a República Popular da China e a África do Sul.

⁷ A África do Sul enviou 700 militares para conter a rebelião no país que é um enclave dentro do país.

Apesar de manter as ligações com os EUA, é importante destacar que a nova política sul-africana não deixou de lado aliados na luta contra o *Apartheid*, mantendo relações com países isolados pelos americanos, tais como Sudão e Cuba (Visentini 2012).

Além dos casos acima mencionados, o país também aproximou-se do Japão, Filipinas, Malásia, Líbia, Sudão e Cuba, devido ao apoio dado nas lutas contra o antigo regime, além de estreitar relações com Índia e outros países do Sul Global em desenvolvimento (Rizzi e Schütz 2014). Não obstante, o governo de Mandela também teve de atuar, de forma direta ou indireta, em conflitos na região austral do continente africano, como aconteceu em disputas armadas de Angola, Zimbábue, Nigéria, Congo, Burundi e Lesoto (Gallas 2007).

Embora o conceito seja controverso, pode enquadrar-se a África do Sul no rol das chamadas potências médias⁸. Especialmente, por passar a exercer uma liderança na região e abdicar da atuação subimperialista. Cabe salientar que no contexto da década de 1990, em virtude do colapso da URSS, a relação dos EUA com as potências regionais mudou drasticamente. Não havia mais condescendência em relação aos projetos autonomistas desses países. No caso da África do Sul, que chegara a desenvolver um programa nuclear, houve pressão para que o país se mantivesse mais discreto na sua atuação regional.

A política externa de Mandela alinhava-se com a visão do ANC, que também estava em período de reconstrução, uma vez que, durante o regime, suas principais representações encontravam-se exiladas, presas ou até mesmo desaparecidas. Em 1991, Mandela assumiu o comando do ANC, estando presente em negociações internas, com membros do próprio partido, como também no âmbito internacional, debatendo sobre os programas do partido, sanções internacionais, reforma constitucional e questões econômicas. O líder, junto ao ANC, prezava por uma política externa não intervencionista e mais voltada para a segurança humana, a promoção da democracia e a integração africana (Gallas 2007).

Cabe destacar que o contexto internacional à época limitava as opções de inserção internacional da África do Sul. O fim da URSS e a propagação do culto à globalização e ao neoliberalismo empurravam os países a adotarem uma agenda liberalizante. De todo modo, o governo Mandela procurou assentar uma política externa bastante ecumênica, baseada na diversificação

8 O debate sobre potências médias é bastante vasto. Em termos gerais, pode-se definir potência média como unidades do Sistema que possuem capacidades de poder para atuação internacional mais assertiva, mas essas capacidades são limitadas em termos de atuação em termos comparativos com Grandes Potências, cujo escopo de atuação é global. Grosso modo, são unidades do sistema que atuam prioritariamente no plano regional.

dos parceiros internacionais.

O ANC encontra-se no poder até hoje, após Mandela, Thabo Mbeki (1999-2008) fora eleito à presidência da África do Sul. Naquele momento, a preocupação central do país, no âmbito interno e externo, voltou-se ainda às políticas de combate ao alto índice de desemprego e, principalmente, ao grande surto de epidemia da AIDS. O vírus HIV se espalhava por grosseira parte do continente e forçava o governo sul-africano, que via a expectativa de vida de seu país chegar aos 56 anos de idade, a repensar suas políticas públicas para a saúde (Visentini 2012).

Thabo Mbeki renunciaria o cargo de presidente em seu penúltimo ano de mandato, devido a questões internas em seu partido. No ano seguinte, em 2009, elegeu-se Jacob Zuma, um Zulu, como presidente do país. Diferente do Brasil, as eleições presidenciais sul-africanas ocorrem a cada 5 anos, e também possuem direito a uma reeleição. Deste modo, o também atual líder do ANC encontra-se no cargo da presidência até hoje e, ainda, enfrenta problemas com a desigualdade no país, uma vez que a elite branca continua sendo dona de grande parte do poder econômico na África do Sul (Visentini 2012). De acordo com estudo publicado no periódico *The Standard*, somente 10% do mercado de ações na África do Sul pertence aos sul-africanos negros, que atualmente representam 80% da população que se aproxima aos 54 milhões de habitantes da África do Sul.

Considerações finais

A política externa do governo Mandela esteve assentada na busca pela normalização das relações externas do país com a comunidade internacional. Nesse sentido, optou pela diversificação dos parceiros externos. Se, de um lado, o governo Mandela ampliou os laços com o bloco ocidental e procurou inserir o país na era da liberalização econômica, por outro, manteve relações com países considerados párias como o Cuba, Vietnã e China por exemplo.

Em termos de operacionalização dessa política externa, observa-se que o próprio presidente foi responsável por utilizar uma diplomacia de prestígio para redesenhar a imagem internacional da África do Sul. Por essa razão, a política externa foi bastante personalista, apesar de o ANC e o congresso exercerem papéis destacados na formulação da política externa.

No plano regional, o país teve de reestruturar suas relações com os vizinhos. Nesse sentido, a atuação nas crises em Angola e Zimbábue, por exemplo, demonstram uma tendência de buscar um papel de liderança na região. Entretanto, nesse período, a herança intervencionista do regime racista ainda era bastante presente. Assim, a África Austral passou a ser

um espaço prioritário na agenda externa do governo Mandela. Apesar disso, pode-se dizer que é no governo Mandela que se observam as bases para o que viria a constituir a atuação da África do Sul no contexto regional nas décadas subsequentes. Cabe destacar que o governo de Mandela, representativo da desestruturação do regime racista, não alterou substancialmente a Política Externa que vinha sendo conduzida já no governo De Klerk. Ou seja, há uma tendência de continuidade. Entretanto, a opção pela SADC como espaço prioritário para legitimar as ações no plano regional parece indicar que a via da integração regional agora se consolidava como o mecanismo prioritário da Política Externa Sul-Africana para a África.

Por fim, embora o foco dessa pesquisa não tenha sido aprofundar o debate sobre as interações entre os atores domésticos, os rearranjos entre as elites e os efeitos sobre a política externa, já que se adotou uma visão predominante realista da política externa, esse é um indicador importante para a compreensão do cenário político interno e os porquês da manutenção da essência de atuação internacional do país mesmo face às mudanças estruturais. Nesse sentido, confirma-se a perspectiva de que a atuação externa se mantém relativamente alheia às alterações internas. Apesar disso, a Política Externa de Mandela representou o início de uma guinada na atuação externa da África do Sul que ao longo dos governos subsequentes se distanciou mais do perfil prevalente durante o regime do *Apartheid*.

REFERÊNCIAS

- African National Congress*. 2016. “What is the African National Congress?” ANC. Disponível em: <http://www.anc.org.za/content/what-anc>.
- Bahia, Bernardo Ramos. 2012. “Libertação e Política Externa na África do Sul: uma análise interpretativa das transformações na estrutura de tomada de decisão”. *1º Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais*, Brasília. Disponível em: http://www.seminariopos2012.abri.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=455.
- _____. 2011. “Reavaliando as Transições: apontamentos sobre a política externa da África do Sul pós-apartheid”. *3º Encontro Nacional ABRI*, Belo Horizonte. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100034&script=sci_art-text.
- Batchelor, Peter; Dunne, Paul e Saal, David. 1999. *Military Spending and Economic Growth in South Africa*. Centre for Conflict Resolution, University of Cape Town and Middlesex University Business School.

Disponível em: <http://carecon.org.uk/Leverhulme/P5.pdf>.

- Braga, Pablo de Rezende Saturnino. 2011. *A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/859-af-rica_do_Sul_A_rede_de_ativismo_transnacional_contra_o_apartheid_na_af-rica_do_Sul.pdf.
- Cooper, Andrew F. 1998. "The Multiple Faces of South African Foreign Policy". *International Journal*, Vol. 53, No. 4. Toronto: Canadian International Council. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40203723>
- Domingues, Amanda. 2013. "Agendas para a Política Externa sul-africana". São Paulo: *Caeni-USP*. Disponível em: <http://caeni.com.br/blog/?p=381>.
- _____. 2013. "A Política Externa sul-africana e o jogo interno: o conflito da República Centro-Africana". São Paulo: *Caeni-USP*. Disponível em: <http://caeni.com.br/blog/?p=384>.
- Döpcke, Wolfgang. 1998. "Uma nova política exterior depois do apartheid? – Reflexões sobre as relações regionais da África do Sul, 1974 – 1998". *RBPI: Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 41, n.1. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100007
- Figueira, Ariane C. Roder. 2009. *Processo Decisório em Política Externa no Brasil*. São Paulo: Programa de Pós Graduação em Ciência Política na Universidade de São Paulo.
- Gallas, Daniel Russman. 2007. *A política externa da África do Sul de 1994 aos dias de hoje condicionantes internos e limites externos*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11396>.
- Graham, Matthew. 2010. "Cold War in Southern Africa". *Africa Spectrum*, 45, 1. Hamburg: GIGA German Institute of Global and Area Studies, Leibniz-Institut für Globale und Regionale Studien, Institute of African Affairs. Disponível em: www.africa-spectrum.org.
- Höring, Jéssica da Silva. 2015. *Os Movimentos de Libertação Nacional em Angola: Trajetória Política, Guerra Civil e Impactos Sobre a Construção do Estado (1975-2002)*. Faculdade de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Mandela, Nelson. 1993. "South Africa's Future Foreign Policy". *Foreign Af-*

- fairs*, Vol. 72, No. 5, nov. 1993. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20045816>.
- _____. 1961. *Manifesto of Umkhonto we Sizwe*. Nelson Mandela Foundation. <https://www.nelsonmandela.org/omalley/cis/omalley/OMalleyWeb/03lv02424/04lv02730/05lv02918/06lv02950.htm>.
- Mohammed, Nadir A.L. 1999. “Civil Wars and Military Expenditures: A Note”. *Civil Conflicts, Crime and Violence, World Bank’s Development Economic Research Group* (DECGR). Disponível em: http://sitere-sources.worldbank.org/DEC/Resources/civilwars_and_military_expenditures_annotate.pdf.
- Otavio, Anselmo, 2015. “Por uma nova inserção regional: o legado de Nelson Mandela na Política Externa da África do Sul”. *BJIR: Brazilian Journal of International Relations*, v. 4, n 3.
- _____. 2013. *A África do Sul Pós-Apartheid: A Inserção Continental Como Prioridade da Nova Geopolítica Mundial*. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade de Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/96685>
- Pereira, Analúcia Danilevicz. 2007. *África do Sul e Brasil: dois caminhos para a transição ao pós-Guerra Fria*. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10924>.
- _____. 2010. *A (Longa) História da Desigualdade na África do Sul*. Disponível em: www.malestarnacultura.ufrgs.br.
- Rizzi, Kamilla Raquel e Schütz, Nathaly Xavier. 2014. “Política Externa da Nova África do Sul: Reinserção e Afirmação Regional”. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais*, v. 3, n.5. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/download/45173/30178>.
- Shubin, Vladimir. 2008. *The USSR and Southern Africa during the Cold War*. Centro di Studi Storici e Politici su Africa e Medio Oriente, Bologna. Disponível em: http://www.dsps.unibo.it/it/risorse/files/the-ussr-and-southern-africa-during-the-cold-war/at_download/file/Shubin_OP1bis.pdf.
- South Africa. 2017. *Nelson Mandela: a timeline*. Disponível em: <http://www.southafrica.info/mandela/timeline.htm#.WChyemsrLIV>.
- South African Government. 2016. *International Relations*. Disponível em: <http://www.gov.za/node/83>.
- Taylor, Ian. 2016. “Reconheça o Novo Chefe - Igual ao Antigo Chefe: A Tran-

sição do África do Sul pelo Emburguesamento”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, v. 1, n.1. Centro Brasileiro de Estudos Africanos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/60667>.

The Standard. 2012. “South Africa’s economy remains firmly in white ownership — Study.” <https://www.thestandard.co.zw/2012/12/09/south-africas-economy-remains-firmly-in-white-ownership-stUdy/>.

UNESCO. 2010. “História Geral da África, V: África do século VXI ao VXIII. Brasília: UNESCO.

Visentini, Paulo G. Fagundes. 2010. *A África Moderna: um continente em mudança (1960-2010)*. Porto Alegre: Leitura XXI.

_____. (Org.). 2012. *Os países africanos: diversidade de um continente*. Porto Alegre: Leitura XXI.

Visentini, Paulo G. Fagundes e Pereira, Analúcia Danielevicz (Org.). 2010. *África do Sul - História, Estado e Sociedade*. Brasília: FUNAG/CESUL.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a política externa do governo Nelson Mandela na esteira de uma nova estrutura internacional pós-Guerra Fria, no período de 1994 a 1999, mapeando os atores envolvidos neste meio e os indicadores e variáveis que condicionavam a política externa do país.

PALAVRAS-CHAVE

Política Externa Sul-Africana; Apartheid sul-africano; Governo Nelson Mandela.

Recebido em 15 de abril de 2017.

Aprovado em 13 de julho de 2017.